

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2020/PROPEQ

Normatiza procedimentos de Ensino e Pesquisa, de Pós-graduação no período de emergência causado pelo distanciamento social decorrente da COVID-19.

O Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Franciscana no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- a)** a Portaria nº. 188, de 03/02/2020, do Ministério da Saúde que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov);
- b)** a Lei nº. 13.979, de 06/02/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- c)** o Decreto Estadual nº. 55.115, de 12/03/2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado;
- d)** a Portaria nº. 343 - MEC, de 17/03/2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19;
- e)** a Portaria Interministerial nº. 5 - MJSP/MS, de 17/03/2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº. 13.979, de 06/02/2020;
- f)** o Decreto Executivo nº. 54, de 18/03/2020, que estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal;
- g)** a Portaria nº. 345 - MEC, de 19/03/2020, que altera a Portaria MEC nº. 343, de 17/03/2020;
- h)** a Instrução normativa nº 01, de 19/03/2020, dispõe sobre o funcionamento da Universidade Franciscana no período de emergência decretado em vista da pandemia do novo Coronavírus.
- i)** a Instrução normativa nº 02, de 20/03/2020, dispõe sobre o funcionamento administrativo e acadêmico da Universidade Franciscana, no período de excepcionalidade decorrente da COVID-19.
- j)** o Ofício Circular nº 10/2020-DAV/CAPES, de 25/03/2020, referente a medidas adotadas pela CAPES em virtude da pandemia do novo coronavírus;

k) a Instrução normativa nº 03, de 20/04/2020, normatiza os procedimentos de Ensino de Pós-graduação, no período de emergência causado pelo distanciamento social decorrente da COVID-19.

l) o Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, sobre a reorganização dos calendários escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da Covid-19, homologado pelo Ministério da Educação, em 29 de maio de 2020;

m) Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020, dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país da CAPES, no âmbito dos programas e acordos de competência da Diretoria de Programas e Bolsas no País, e exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas no quadriênio 2017-2020.

n) a Portaria Conjunta SES/SEDUC/RS nº 01/2020, de 2 de junho de 2020, publicada em 4 de junho de 2020 e republicada em 8 de junho, que dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle a serem adotadas pelas instituições de ensino do estado do Rio Grande do Sul;

o) a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-Covid-19 e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de março de 2020.

p) Instrução normativa nº 04, de 22/06/2020, orienta os procedimentos para a finalização das atividades acadêmicas de graduação, referentes ao primeiro semestre letivo de 2020, em caráter de excepcionalidade decorrente do período de isolamento social para conter a pandemia do Novo Corona Vírus (Covid-19).

q) o Plano de Contingência para Prevenção, Monitoramento e Controle do Novo Coronavírus – Covid-19, elaborado pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde para a Educação (COE-E) local, no âmbito da Universidade Franciscana, conforme previsto na Portaria Conjunta SES/SEDUC/RS nº 01/2020.

DECIDE:

Art. 1º - Manter as atividades acadêmicas e administrativas dos cursos e programas de Pós-graduação *Stricto sensu*, tais como: aulas teóricas, seminários, orientações de mestrado e de doutorado, reuniões pedagógicas e estágios de docência orientada suspensas no modo presencial e realizá-las por meio de tecnologias digitais.

Art. 2º - Continuar com as atividades acadêmicas e administrativas dos cursos de Pós-graduação *Lato sensu*, tais como: aulas teóricas, orientações de Trabalho de Conclusão de

Cursos (TCC), reuniões pedagógicas suspensas no modo presencial e realizá-las por meio de tecnologias digitais.

Art. 3º - Estabelecer o retorno das atividades de pesquisa em laboratório e das disciplinas teórico-práticas, a partir de 1º de julho de 2020, considerando o Decreto Executivo nº 93, de 16 de junho de 2020, da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Art. 4º - Deliberar que as Bolsas PROSUC/CAPES concedidas aos Cursos e Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, conforme Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020, que concede autonomia institucional, não terão a sua vigência prorrogada.

Parágrafo único - Casos excepcionais serão discutidos e analisados pela PROPESQ.

Art. 5º - Estipular que as atividades desenvolvidas, os relatórios e prestação de contas das Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Extensão serão mantidas, conforme a regulamentação das agências financiadoras, e não terão seu prazo de vigência prorrogado.

Art. 6º - Definir que, para as atividades de Ensino-Pesquisa, que necessitam do uso de laboratórios/espacos institucionais, terão prioridade os alunos concluintes.

§ 1º - Os projetos de pesquisa, em que os insumos foram adquiridos e demandam a sua utilização imediata terão prioridade, observados os protocolos de prevenção à Covid-19 e demais normativas adotadas pela Instituição.

§ 2º - O cronograma de uso de laboratórios deve ser discutido e autorizado pela Comissão de Laboratórios da UFN.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa.

Art. 8º - Esta Instrução Normativa entra em vigor nesta data, podendo ser atualizada a qualquer momento em virtude do dinamismo que a situação emergencial determina.

Santa Maria, 22 de junho de 2020.



MARCOS ALEXANDRE ALVES
Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa - PROPESQ